



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Única da Comarca de Itaiópolis

Rua Alfredo Fernandes Luiz, 130 - Bairro: centro - CEP: 89340000 - Fone: (47)3130-9100 -
<https://www.tjsc.jus.br/comarcas/itaiopolis> - Email: itaiopolis.unica@tjsc.jus.br

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5001953-32.2024.8.24.0032/SC

EXEQUENTE: LUIZ FERNANDO PADILHA TORQUATO

EXEQUENTE: FERNANDA APARECIDA PADILHA TORQUATO

EXECUTADO: ELETTRATEC TRANSPORTE, INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA LTDA

EXECUTADO: GILBERTO DA MOTTA

DESPACHO/DECISÃO

1. Defiro o pedido de expedição de ofício à ANTT.

1.1. Expeça-se ofício à ANTT para que informe se os Executados, especialmente a sociedade ELETTRATEC, possuem veículos registrados para transporte, autorizações de tráfego ou atividade remunerada com frotas e, em caso positivo, prestem informações sobre os referidos fatos.

2. Igualmente defiro o pedido de penhora do veículo de placa IEF9618, de propriedade do Executado GILBERTO (evento 42, RENAJD1).

2.1. Expeça-se mandado de penhora, depósito e avaliação do referido automóvel, em endereço a ser indicado pelos Exequentes.

2.2. Registre-se a penhora no sistema Renajud.

2.3. Formalizada a penhora, intime-se o Executado, por meio de seu advogado, para manifestação (CPC, art. 841).

3. Havendo requerimento, também defiro, desde logo, a penhora do veículo de placa IPP6730, de propriedade da Executada ELETTRATEC (evento 27, RENAJD1).

4. Em relação ao pedido de suspensão da CNH do Executado GILBERTO e proibição da sociedade Executada ELETTRATEC de participar de licitações públicas e contratar com o poder público, ressalto que, nos termos do art. 139, IV, do CPC, o juiz poderá *"determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária"*.

Nesse cenário, é possível a utilização de medidas executivas atípicas como suspensão da CNH da parte Executada ou sua proibição para participar de licitações públicas ou contratar com o poder público para efetivar a tutela do direito do credor, desde que: i) esgotadas as medidas executivas típicas como Sisbajud, Renajud e Infojud; ii) observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; e, iii) presentes indícios de ocultação de patrimônio. É esse o entendimento do E. STJ:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Única da Comarca de Itaiópolis

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CONSTITUCIONALIDADE. ADI N. 5.941/DF. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS ORDINÁRIAS, INDÍCIOS DE OCULTAÇÃO DE PATRIMÔNIO E ADEQUAÇÃO DA MEDIDA, À LUZ DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de ser legítima a adoção de medidas executivas indiretas, com base no artigo 139, IV, do CPC/15, temporariamente, após o esgotamento dos meios ordinários e típicos, dada a subsidiariedade do instituto, sempre sob o crivo do contraditório e desde que o devedor possua indícios de ocultação de patrimônio, visto que o intuito é impedir a frustração voluntária do processo executivo e não a punição do devedor em decorrência da ausência de bens. 2. É possível, excepcionalmente, deixar de aplicar o direito à espécie quando, para isso, depender de análise de matéria fática, com o retorno dos autos à origem. 3. Agravo interno não provido. (STJ, AgInt no AREsp n. 1.627.209/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 01/07/2024, DJe de 03/07/2024) (grifou-se)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. MEDIDA COERCITIVA INDIRETA. SUSPENSÃO E APREENSÃO DE PASSAPORTE. POSSIBILIDADE. CPC, ART. 139, IV, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE HIPÓTESE EXCEPCIONAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Habeas corpus impetrado como substitutivo do recurso ordinário cabível, o que somente é admitido em caráter excepcional pela jurisprudência desta Corte e do egrégio Supremo Tribunal Federal, quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, reputa-se, "em tese, lícita e possível a adoção de medidas executivas indiretas, inclusive a apreensão de passaporte, desde que, esauridos previamente os meios típicos de satisfação do crédito exequendo, bem como que a medida se afigure adequada, necessária e razoável para efetivar a tutela do direito do credor em face de devedor que, demonstrando possuir patrimônio apto a saldar o débito em cobrança, intente frustrar injustificadamente o processo executivo" (AgInt no RHC 128.327/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 15/4/2021). 3. No caso, os elementos que constam dos autos não permitem constatar a existência de ilegalidade flagrante, a justificar o excepcional conhecimento do habeas corpus em substituição ao recurso ordinariamente cabível. 4. Agravo interno desprovido. (STJ, AgInt no HC n. 858.258/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 28/11/2023, DJe de 12/12/2023) (grifou-se)

Na hipótese dos autos, em se tratando de cumprimento de sentença de obrigação de pagar pensão por morte - com evidente caráter alimentar - em que já foram realizadas, sem sucesso integral, tentativas de constrição de bens via sistemas Sisbajud, Renajud e Sniper, possível a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Executado GILBERTO e a proibição de a Executada ELETTRATEC de participar de licitações públicas e contratar com o poder público, com o escopo de dar efetividade ao feito executivo.

Por isso, também defiro o pedido e determino a suspensão da CNH do Executado GILBERTO, pelo prazo de 1 (um) ano, e proíbo a Executada ELETTRATEC de participar de licitações públicas e contratar com o poder público do Estado de Santa Catarina e de seus Municípios, também pelo período de 1 (um) ano.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Única da Comarca de Itaiópolis

4.1. Expeçam-se ofícios ao órgão de trânsito competente comunicando a referida suspensão e ao Poder Executivo Municipal de Itaiópolis/SC e Estadual de Santa Catarina, informando a proibição de a ELETTRATEC participar de licitações públicas e contratar com o poder público do Estado de Santa Catarina e de seus Municípios, pelo período de 1 (um) ano.

5. O pedido de consulta dos nomes dos Executados no CNIB já foi deferido e concretizado aos evento 51, CNIB1 e evento 52, CNIB1.

Documento eletrônico assinado por **GILMAR NICOLAU LANG, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310073868028v2** e do código CRC **3ff8e4d7**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): GILMAR NICOLAU LANG
Data e Hora: 27/03/2025, às 11:09:35

5001953-32.2024.8.24.0032

310073868028.V2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DO CONTENCIOSO

Of.NULIC/PROCONT/PGE nº 033242/2025/2025.01.046235.
Florianópolis, 06 de junho de 2025.

ASSUNTO PRINCIPAL: Administrativo – Licitações e Contratos
AUTOS DO PROCESSO nº 5001953-32.2024.8.24.0032
PROCURADOR VINCULADO: Artur Leandro Veloso de Souza
AUTOR(A/S): FERNANDA APARECIDA PADILHA TORQUATO e outro

Senhor(a) Consultor(a),

Com meus cumprimentos, por determinação do Procurador do Estado acima mencionado, referente à ação judicial em epígrafe, segue para conhecimento a decisão anexa, a qual, em síntese, proibiu a empresa ELETTRATEC TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA, CNPJ 23.111.464/0001-70 de participar de licitações públicas e contratar com o poder público do Estado de Santa Catarina e de seus Municípios, pelo período de 1 (um) ano.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

Jessé Alberto Schweitzer
Assistente Jurídico

Ilmo(a). Senhor(a)
Consultor(a) Jurídico(a)
Secretaria de Estado da Administração - SEA
NESTA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DO CONTENCIOSO

Of.NULIC/PROCONT/PGE nº 034883/2025/2025.01.046235.
junho de 2025.

Florianópolis, 16 de

ASSUNTO PRINCIPAL: Administrativo - Detran - Informações/Emissão de
Laudos/Documentos/Prontuários

AUTOS DO PROCESSO nº 5001953-32.2024.8.24.0032

PROCURADOR VINCULADO: Artur Leandro Veloso de Souza

PARTE AUTORA: FERNANDA APARECIDA PADILHA TORQUATO e outro

CPF/CNPJ: 075.154.949-56

Senhor(a) Consultor(a) Jurídico(a)

Com meus cumprimentos, por determinação do Procurador do Estado acima mencionado, referente à ação judicial em epígrafe, venho informar, em atenção ao item 1 do Despacho 9/2025/SEA/GECON, que a data inicial para contagem do prazo de vigência é 03 de junho de 2025.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

Jessé Alberto Schweitzer

Assistente Jurídico

Ilmo(a). Senhor(a)

Consultor(a) Jurídico(a)

Secretaria de Estado da Administração – SEA

NESTA